



## MEMÓRIA DO TRABALHO INFANTIL NO BAIRRO SIMÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BA

Pollyana Andrade Sousa Viana<sup>1</sup>

Ana Elizabeth Santos Alves<sup>2</sup>

(UESB)

### Resumo

O presente trabalho consiste numa pesquisa de dissertação de mestrado em que busca analisar a concepção de trabalho infantil presente na memória dos trabalhadores adultos das casas de farinha do bairro Simão em Vitória da Conquista – BA. Parte-se do pressuposto de que a questão do trabalho infantil é em si, um problema, e está associado à pobreza, desigualdade e exclusão social. Além disso, os padrões culturais constituídos nas classes populares atribuem uma visão positiva acerca do trabalho de crianças e adolescentes, tornando o espaço do trabalho um ambiente educativo e de aprendizado para a vida futura, onde as crianças estariam protegidas do ócio e da marginalidade. Essa visão acaba sendo reproduzida pela sociedade, pelas famílias e principalmente pelas crianças e adolescentes que passam a avaliar a realidade a partir de julgamentos que são definidos historicamente. O bairro Simão em Vitória da Conquista apresenta esta realidade, crianças são exploradas diariamente nas fábricas de farinha em diferentes ocupações. Trata-se de uma população que reside em um bairro onde as características rurais ainda se encontram presentes, e que os moradores e suas famílias foram inseridos como mão de obra nas fábricas de farinha que lá se instalaram. No caso do trabalhador infantil, essa reprodução se inicia na família e dentro da lógica capitalista, se dá mediante um processo de exclusão dos bens materiais e do mundo do trabalho. A subjetividade desses trabalhadores e o mundo do trabalho pode ser compreendida através da análise da memória coletiva proposta por Maurice Halbwachs. Para o desenvolvimento deste trabalho o suporte será a pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas e da história oral. A escola que deveria ser o principal canal de socialização destes indivíduos, acaba ficando em segundo plano e o trabalho em vez de ser o instrumento de capacitação que a sociedade lhe atribui, acaba tornando uma forma de aprofundamento e reprodução da desigualdade social.

**Palavras-chave:** Trabalho Infantil. Memória. Educação.

### Introdução

Embora estejamos vivendo em uma sociedade moderna, no qual os avanços tecnológicos invadem diariamente as nossas vidas de forma assustadora, a exploração do trabalho infantil, considerado como problema antigo, insiste em se fazer presente.

Nos últimos anos pesquisadores tem se voltado para refletir a respeito do trabalho infantil, atribuindo-lhe um status de problema social vem contribuído para realçar as especificidades e

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em “Memória: linguagem e sociedade” da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, campus de Vitória da Conquista, professora da rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista – BA.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, docente do Programa de Pós-graduação em “Memória: Linguagem e Sociedade” da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Orientadora.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

complexidades que envolvem tal questão, analisando as suas consequências aliada aos fatores históricos.

A problemática do trabalho infantil, devido a sua complexidade nos induz a realizar algumas considerações de caráter mais geral, para posteriormente explicitar os recortes necessários, em face da variedade de formas de trabalho em as que as crianças são submetidas, na sua maioria, em condições de subempregos.

O que acontece é que as crianças pobres que trabalham nessas condições não provocam nem surpresa nem indignação. A tendência é uma sensação de “alívio” por não estarem pedindo dinheiro nas esquinas, cheirando cola ou dormindo sob viadutos.

A questão do trabalho infantil é em si, um problema, e está associado à pobreza, desigualdade e exclusão social, além de problemas culturais e econômicos. Essa pobreza contribui para que muitas crianças e adolescentes sejam expostos a diversas situações de risco, violência e exploração, entre outras, devido à inserção precoce no mundo do trabalho, muitas vezes em condições extremamente penosas e degradantes. (MINAYO, 1997).

Além disso, os padrões culturais constituídos nas classes populares atribuem uma visão positiva acerca do trabalho de crianças e adolescentes, tornando o espaço do trabalho um ambiente educativo e de aprendizado para a vida futura, onde as crianças estariam protegidas do ócio e da marginalidade. Essa visão acaba sendo reproduzida pela sociedade, pelas famílias e principalmente pelas crianças e adolescentes que passam avaliar a realidade a partir de julgamentos que são definidos historicamente.

Nesse argumento encontramos a memória histórica legitimada pelo discurso institucional como justificativa para a exploração legal do trabalho infantil. As práticas familiares compõem a transmissão do que deve se perpetuar no núcleo familiar e, nesse sentido, é responsável também pela difusão da memória e a compreensão do trabalho precoce como elemento disciplinador e formador de subjetividade.

Situando o olhar sobre o trabalho de crianças e adolescentes como um objeto especial, algumas questões ganham um destaque importante dentro da realidade sócio-econômica em que estão inseridas: uma delas diz respeito às características do trabalho infantil realizado nas fábricas





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de farinha do bairro Simão em Vitória da Conquista/BA que, conseqüentemente, contribuem com a economia da cidade.

Em pleno século XXI, percebemos que a participação dessa massa trabalhadora infantil ainda se faz presente na economia contemporânea. O bairro Simão em Vitória da Conquista apresenta esta realidade onde as crianças são exploradas diariamente nas fábricas de farinha em diferentes ocupações. Trata-se de uma população que reside em um bairro onde as características rurais ainda se encontram presentes, e que os moradores e suas famílias foram inseridos como mão de obra nas fábricas de farinha que lá se instalaram.

Na realidade, eles são socializados e se inserem na vida coletiva pelo trabalho. Esse quadro provoca o seguinte questionamento: Qual é a concepção de trabalho infantil presente na memória dos trabalhadores adultos das casas de farinha do bairro Simão em Vitória da Conquista – BA?

A escolha do tema trabalho infantil deve-se ao fato de que aumenta cada vez mais não só no Brasil, mas em todo o mundo. Kassouf (2007) ao qualificar e quantificar os dados sobre este tipo de atividade enfatiza que embora haja uma diminuição deste tipo de trabalho ainda existe um grande número de crianças trabalhando. A organização Internacional do Trabalho através do seu Departamento de Estatística estimou em 2000 a existência de cerca de 211 milhões de crianças entre cinco e quatorze anos exercendo atividades laborais. No caso brasileiro a pesquisa nacional de amostra em domicílios - PNAD de 2003 demonstra que ainda existem mais de dois milhões e setecentas mil crianças e jovens de cinco a 15 anos trabalhando.

Ao mesmo tempo, o processo vivenciado enquanto professora do Ensino Fundamental na escola do bairro possibilitou definir com maior clareza a necessidade de levantar essa discussão sobre o trabalho infantil, considerando que apesar do tema está presente em vários estudos, ainda é um problema com muitas questões a serem discutidas.

Diante do exposto, o objetivo geral que norteia a pesquisa é analisar a concepção de trabalho infantil presente na memória dos trabalhadores adultos do bairro Simão em Vitória da Conquista – Bahia. De forma específica objetivamos identificar o perfil sócio-demográfico do adulto que foi trabalhador na infância, caracterizar suas condições de vida durante a infância e adolescência e suas condições de vida na atualidade e por fim caracterizar a relação entre as vivências de hoje e o fato de ter trabalhado quando criança.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A hipótese que sustenta esta pesquisa a continuidade do trabalho infantil nas fabricas de farinha do bairro Simão em Vitoria da Conquista/BA pode ser resultado de experiências herdadas e vivenciadas pelos trabalhadores

Sob a lógica capitalista, a reprodução da força de trabalho se dá mediante um processo de exclusão do acesso e dos bens materiais, além disso, também sofrem outro tipo de prejuízo que é a despreparo para o mercado de trabalho. No caso do trabalhador infantil, essa reprodução se inicia na família. Ao mesmo tempo, acaba por definir um lugar na divisão social do trabalho, compondo um contingente que ajuda a manter a família, pelo fato dos adultos não conseguirem se inserir em atividades que garantam o sustento familiar.

Esses aspectos demarcam a busca pela compreensão de como se dá a vivencia subjetiva do trabalho na infância para esses trabalhadores, retratando e analisando as vivencias elaboradas por esses sujeitos relacionada a adultização precoce, prejuízos para a escolaridade, socialização e expectativas de futuro. Daí que, a base empírica dessa pesquisa será constituída por trabalhadores adultos, que na infância, foram inseridos na produção de farinha como trabalhadores.

Se o objeto da pesquisa, em sua configuração de prática social, ainda não foi suficientemente analisado para explicar de forma clara a origem do trabalho precoce nos termos de sua ocorrência atual, por outro lado, a teoria marxista de exploração e alienação do trabalho, como componente central da dinâmica capitalista, será o suporte teórico para sustentar que a exploração infantil pelo trabalho tenha lugar no conjunto do processo de exploração capitalista, da produção da mais-valia e da acumulação crescente. Na visão de Marx (1989):

Á medida que a maquinaria torna a força masculina dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria (MARX apud OLIVEIRA, 2003, p. 91).

### **Trabalho infantil no capitalismo**

A análise do trabalho infantil na perspectiva marxista, parte da analise da categoria trabalho como aquela que não se restringe a apenas uma atividade do ser humano, mas que o trabalho é o fator responsável pela reprodução da vida material e também a base de todo





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

processo histórico, determinante da passagem de um ser natural para um ser social. Na formulação de Marx, descrita em *O Capital*, a humanização do homem como ser social tem no trabalho seu ponto de partida.

O trabalho como criador de valores-de-uso como trabalho útil, é indispensável à existência do homem qualquer que sejam as formas de sociedade - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1988, p. 50).

O dispêndio de força física e mental no processo de transformação da natureza e da sociedade caracteriza a dimensão ontológica do trabalho, constituindo a especificidade do homem. Entendendo o trabalho como valor de uso, Marx destaca seu duplo aspecto como mantenedor da vida humana e também seu princípio educativo. Como princípio educativo, pauta-se na sua utilidade, como necessário para todos os seres humanos, devendo ser aprendido e socializado.

O trabalho adquire uma nova dimensão com o sistema capitalista de produção, pois o ser humano perde a autonomia em relação a sua atividade produtiva realizada na sua forma concreta para a satisfação das necessidades e o trabalho abstrato se torna fonte de valor e de reprodução da vida, submetendo-o a uma situação em que a sua mão-de-obra se torna o único meio de sobrevivência.

Com venda da força de trabalho, o ato de produção e o produto do seu trabalho se tornam estranhos, manifestando como um trabalho alienado, servindo apenas para reprodução do capital. Além de alienar o capitalismo da origem a outras contradições, visto que a produção não é apropriada pela classe que a produziu, assim, contraditoriamente, quanto mais se produz, mais aumentam as disparidades sociais, aumenta-se a acumulação de poucos e a exclusão de muitos. Ocorre uma solidificação do trabalho no capital, conservando seu valor, mas criando outros valores, como a mais valia, através do excedente não pago pelo uso da força de trabalho (MARX, 1988).

Como o objetivo do capitalista é aumentar a exploração da mais-valia para ampliar a sua acumulação de capital, além do emprego de equipamentos e aumento de horas de trabalho, era preciso incorporar ao mercado de trabalho todos os membros da família do trabalhador. Neste





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

contexto, ao se introduzir forças trabalhadoras como a infantil, esta torna-se também mercadoria, visando ampliar a mais-valia.

Segundo Nogueira (1990) com a Revolução Industrial, a utilização da mão-de-obra infantil intensificou-se em virtude da necessidade de produção em larga escala, perdendo a característica de atividade para a vida, visto que era preciso cobrir de forma rápida o investimento aplicado nas máquinas, além disso, as crianças representavam “dedos ágeis” para operar as máquinas e aumentar a produtividade.

Embora a problemática do trabalho infantil não se constitua como objeto central na análise de Marx, ele a destaca realçando como forma de exploração na moderna indústria capitalista. Nos relatos, em “O Capital”, são registrados, o processo de incorporação de crianças na indústria inglesa do século XIX, bem como os efeitos deste sobre a família e a sociedade. Para o referido autor a mecanização acaba colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinguir sexo e idade, como assalariados, sob domínio do capital.

A apropriação desse tipo de mão de obra pelo capital altera o processo de reprodução da força de trabalho, desvalorizando do valor do trabalho exercido pelos adultos, funcionando como um mecanismo para redução, pelos fabricantes, dos gastos com mão-de-obra e que por sua vez, levavam a necessidade dos pais introduzirem seus filhos no trabalho. (Engels, 2008).

Com a máquina a vapor, a necessidade de mão-de-obra torna-se abundante e esta passa a ser fornecida diretamente pelo pai de família e nesse sentido Marx vai atribuir o termo “mercador de escravos” para se referir ao trabalhador que antes vendia livremente sua força de trabalho e agora comercializa e de sua mulher e seus filhos, deixando todos sobre o controle capitalista.

Lançados no mercado como mão de obra, todos os membros da família se vêem sob comando imediato do capital, manifestado no modo de exploração instaurado pelo capitalismo. Engels avança ao verificar como trabalho infantil vai se naturalizando para toda a família operaria como justificativa utilizada pela burguesia em seu próprio benefício.

Claro, a burguesia diz-nos: “Se não empregarmos as crianças nas fábricas, elas ficarão em condições de vida desfavoráveis ao seu desenvolvimento”, e no conjunto este fato é verdadeiro. Mas que significa este argumento, posto no seu justo lugar, senão que a burguesia coloca primeiro os filhos dos operários em más condições de existência e que explora em seguida estas más condições em seu proveito? Ela invoca um fato de que é tão culpada como do sistema industrial,





justificando a falta que comete hoje com aquela que cometeu ontem. [...] (Idem. p. 173)

Contudo segundo Thompson (1987), as relações entre a burguesia e o operariado se estabelecem no contexto do espaço físico da fábrica e ampliam as ações no cotidiano cultural pertinente a esses grupos e classes. A experiência de uma classe pode ser vista como fruto de relações de trabalho, enquanto que a sua consciência seria a representação cultural resultante das experiências que viveram, manifestada na forma de tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Na perspectiva desse autor gera-se uma consciência de classe a partir das experiências, valores e tradições que são herdados na convivência com outros indivíduos e grupos dentro da sociedade na qual estão inseridos.

### Uma infância para o trabalho

Ao nos referir ao trabalho infantil faz-se necessário abordar a infância como uma fase da vida singular e esta deve ser pensada em relação contexto histórico e sociocultural em que está inserida, já que historicamente houve diferentes significados e maneiras de tratar a infância, oriunda dos distintos sentidos dados por pelos sujeitos sociais, além das singularidades culturais.

Para compreendermos as transformações históricas, recorreremos a Ariés (1981), pioneiro nos estudos sobre a infância na Europa, que utilizando-se de fontes iconográficas e literárias problematizou em sua obra essa temática se remetendo inicialmente a ausência de um conceito, já que a criança era invisível aos olhos da sociedade.

Segundo Ariés (1981) a criança era um ser indiferenciado do adulto e sua socialização se dava nos mesmos ambientes que estes que os adultos (festas, ruas, trabalho). Era uma infância de curta duração, restringindo-se apenas a etapa de fragilidade física. Somente nos séculos XVII e XVIII que vai haver um reconhecimento do sentimento da infância, havendo uma diferenciação entre o mundo da criança e do adulto.

O desenvolvimento da imprensa e a reinvenção da escola são na análise de Ariés (1981) considerados como períodos de separação entre adultos e crianças. Para ele tornar-se adulto exigia da criança a necessidade de aprender a ler e escrever, mais precisamente de educação,





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

favorecendo a expansão do conceito de infância onde havia escolas e onde a instrução era valorizada.

Na sociedade medieval, o sentimento de infância não existia - o que não quer dizer que as crianças eram negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças : corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente criança do adulto, mesmo jovem. (ÀRIES:1981, p. 154).

No Brasil, demorou-se muito para perceber a importância da infância e sua constituição deu-se em momentos históricos que provocaram diferenças e desigualdades sociais, gerando infâncias diversificadas. A noção de que existia uma etapa da vida que diferenciava da dos adultos, como descrevia Ariés na Europa, em muito se diferenciava do que era vivenciado no cenário brasileiro. O que nos leva a verificar em diversos momentos históricos o tratamento que foi dado às crianças uma vez que eles são determinantes para se entender como a exploração ao trabalho infantil permanece na contemporaneidade.

Por trabalho infantil adotamos, nesta pesquisa, o conceito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que é uma das agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela adoção e aplicação de normas internacionais relativas ao trabalho em geral e ao trabalho infantil. Para a OIT (1993:17) a noção de trabalho infantil deve-se aplicar a crianças de menos de 15 anos de idade que trabalham ou se empregam com objetivo de ganhar o próprio sustento e o de suas famílias.

A tradição do trabalho infantil no país tem suas origens no século XVI quando se deu o processo de colonização das terras brasileiras. A carência de mão-de-obra adulta, fazia com que crianças pobres fossem embarcadas como trabalhadores nas naus que vinham de Portugal na condição de grumetes, pajens, órfãs do rei - mandadas à Colônia para se casarem - ou na condição de passageiros, na companhia dos pais ou parentes (RAMOS, 2008, p. 21- 35).

Nestas situações eram vitimadas pelas condições insalubres, trabalho pesado, fome, doenças, além sofrerem abusos sexuais por parte de pedófilos. Lutando pela sobrevivência em um ambiente de privações e de violência ainda podiam ser escravizadas e prostituídas. Em caso de ataque de piratas ou naufragos, eram lançadas ao mar, já que os comandantes davam preferência





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

por salvar os membros da nobreza, oficiais da embarcação ou mesmo barris com biscoitos (RAMOS, 2008, p. 41-42).

Em terras brasileiras a situação não era muito diferente para as crianças provenientes do sistema escravista. Neste, as crianças negras até os oito anos podiam transitar livremente pela propriedade e participar das brincadeiras das crianças brancas. Após esta idade, já sentindo sua condição de inferioridade, as exigências dos senhores tornavam-se precisas e indiscutíveis (PRIORE, 1998).

Ainda assim, Minharro (2003) acrescenta que embora nesta época pouco se discutisse sobre o trabalho infantil, era comum os filhos de escravos trabalharem, mesmo não dispendo de desenvolvimento físico apto para as atividades. Essa curta infância possibilitava ao senhor verificar seu caráter e sua capacidade, pois logo seria escravo adulto e deveria compensá-lo com as despesas que ocasionara.

A infância pobre no Brasil no período colonial até meados do século XX, desenvolveu-se segundo Marcilio (1997) sob o predomínio de instituições religiosas de cunho caritativo. Nesse período são instituídas a *Roda dos expostos* copiando um modelo adotado em Lisboa, administrado pela Santa Casa de Misericórdia com subvenções da Câmara Municipal.

A assistência as crianças abandonadas acabavam também por receber a compaixão de famílias que os tornava filhos de criação. Esta prática na visão de Marcilio (2007) pode ser compreendida tanto pelo aspecto religioso, quanto por seu valor econômico “calculando utilizá-los como mão de obra familiar suplementar, gratuita e reconhecida; desta forma, melhor do que a escrava”. (MARCILIO, 1997, p.51)

Embora, fosse uma época marcada por profundas contradições sociais, ao mesmo tempo em que brotavam propostas liberais e escravistas, a infância também começa a ser reconhecida, como uma etapa do desenvolvimento humano.

Entretanto Custódio (2006) esclarece que embora no período imperial tenha este reconhecimento, isto não significou a valorização da criança, mas serviu para demarcar as diferenças de classe entre os filhos da elite e os setores estigmatizados da sociedade (órfãos, expostos, menores, delinqüentes) aqueles componentes das classes populares que eram desvalorizados. Para ele “tratava-se da produção da desigualdade, elemento que no século





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

seguinte, seria fundamental para a constituição de uma classe trabalhadora e operária”.(CUSTÓDIO, 2006, p. 29).

No final do século XIX o país passa por um processo de mudança nos aspectos econômicos e políticos diante da industrialização e urbanização crescente (Souza,1998). Neste cenário, o país se encontra mergulhado em problemas sociais (pobreza, doenças, vícios) e a infância se desponta como problema que deveria ser solucionado dentro do novo projeto de construção do Brasil, como solução para a salvação da nação. (Rizzini, 1997, p.88). A República, então, inaugura o projeto do crescimento nacional enfocando o trabalho como solução para o problema da ociosidade. Inaugurou-se, também, uma nova ordem em que a ação caritativa vai cedendo espaço e sendo substituída pela preocupação com a ordem social, ultrapassando o nível da filantropia e elevando o problema das crianças e adolescentes ao nível do Estado.

Nesse sentido, ha toda uma pressão no governo por parte das elites para a criação de leis que reprimisse a vadiagem, o alcoolismo, o jogo e a criminalidade, forçando os escravos a retornarem ao mercado de trabalho e se converterem em trabalhadores disciplinados e produtivos (COLBARI, 1995).

Com isso, a apologia ao trabalho o configura como essencial para manter a ordem social, ganhando adjetivos como “nobre”, “positivo”, “regenerador” e como solução para as distorções morais. O trabalho como solução para a vadiagem e a criminalidade também enquadra as crianças como estratégia para sua recuperação.

A partir daí a criança se torna o alvo para a construção do progresso da nação e era preciso educá-la e vigiá-la, mas na prática, educação era sinônimo de preparo para o mercado de trabalho. Essas crianças eram direcionadas a instituições que formavam mão-de-obra para a indústria.

As ações filantrópicas reproduziam essa forma de controle inaugurando uma rede de escolas direcionadas a menores abandonados e delinquentes. Os valores relacionados ao trabalho eram reproduzidos e crianças passaram a trabalhar mais de doze horas por dia, em ambientes insalubres, sob forte disciplina. Crianças e adolescentes eram o alvo de uma política que enaltecia o trabalho como forma de resgate. Para Rizzini (2006, p. 380):

Tratava-se de uma política voltada para o ordenamento do espaço urbano e de sua população, por meio do afastamento dos indivíduos indesejáveis para transformá-los nos futuros trabalhadores da nação, mas que culminava no uso





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

imediatamente e oportunista do seu trabalho. A história desses institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político-ideológico do que de qualificação para o trabalho [...] pois o mercado pedia [...] trabalhadores baratos e não-qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho.

A educação, segundo a política, serviria:

[...] como instrumento de controle e vigilância das massas pelo poder centralizador. As instituições filantrópicas desempenhavam papéis considerados relevantes, sob o discurso da assistência aos desamparados; atuavam como instâncias de controle localizado a serviço dos interesses e valores dominantes. (CUSTÓDIO, 2006, p. 63).

A criança, ganha o status de reformadora da nação e passa a ser educada visando atingir este objetivo, no entanto, em se tratando de criança da classe trabalhadora isso significava prepará-la para o mercado de trabalho. Havia um direcionamento, dessas crianças para instituições que visavam formar mão-de-obra para a indústria.

Moura (1991) descreve as condições vivenciadas pelas crianças encaminhadas às fábricas no começo da industrialização em São Paulo, ressaltando os ambientes insalubres, a iluminação e ventilação insuficientes, sem descanso, folgas ou finais de semana, favorecendo os acidentes de trabalho e deixando nesses trabalhadores seqüelas físicas.

O investimento na infância para o progresso do país justificou a imposição da tutela dos filhos dos pobres, tornando-os marginalizados na sociedade, gerando uma infância dicotômica, de um lado aquela, protegida pela família, reservando-lhe um futuro promissor e, de outro, a criança da classe trabalhadora, para qual seria aplicado o trabalho regenerador (ARAUJO, 2002).

A partir da Era Vargas (1930-1940) a infância ganha repercussão como preocupação nacional no processo de redefinição da nação (Faleiros, 1997, p.67). Os novos moldes adotados consistiam numa combinação de assistência, mas também repressão e defesa da raça. Utilizado-se de mecanismos legais, o Estado legitimava seu papel assistencialista e controlador. A pobreza entendida como patologia passa a ser controlada de forma repressiva e autoritária, como empecilho para ordem social. Na visão de Custódio (2006, p. 77)

É a emergência da filantropia e do assistencialismo, do discurso dos deveres solapando os direitos mais elementares, da irregularidade criminalizante integrada à exclusão, pois, para o Estado autoritário, o que assustava não era a pobreza, mas as misérias sociais como obstáculo à afirmação da ordem, do progresso e da segurança nacional.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em nome da ordem pública, e do desenvolvimento e da segurança nacional consagraram uma política de repressão e interdição, por meio da imposição da disciplina, que serviu de mote para o controle, a vigilância e a repressão violenta das camadas populares, consagrando castigos, punições e crueldades como práticas educadoras.

Na década de 80, em meio ao movimento democrático, as discussões sobre os direitos da criança vão se ampliando, a Constituição em 1988, passa a proibir qualquer trabalho aos menores de 14 anos, o assunto ganha intensidade com a Convenção dos Direitos da Criança em 1989. Posteriormente, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente legitima a cidadania como direito da criança, como dever do Estado e da sociedade.

A existência de crianças que trabalham não é apenas um dado inerente à sociedade contemporânea, pois resultou de um processo histórico em que a sociedade desenvolveu mecanismos que justificaram e tornaram aceitável o trabalho das crianças pobres, assumindo-as como seres produtivos na criação da riqueza. Portanto, esse trabalho como regenerador é uma prática que vem se reproduzindo na sociedade, para um tipo particular de infância que é a trabalhadora e que de certa forma, vai sendo retransmitida de geração em geração, mascarando os problemas sociais oriundos do sistema capitalista.

A infância e as crianças contemporâneas, mergulhadas no final do século XX e, agora, no século XXI, estão sendo re-caracterizadas e sofrem as influências de novas configurações familiares, de novos processos políticos, históricos, culturais, econômicos e tecnológicos.

Nesse sentido, as causas do trabalho infantil como pobreza e exclusão social, serão apenas efeito do desenvolvimento do capitalismo que, de forma contraditória ao mesmo tempo em que avança em termos tecnológicos intensifica miséria social crescente.

As incursões preliminares de pesquisa contribuíram, sobremaneira, para a definição precisa do escopo deste trabalho, ou seja, a questão do trabalho infantil nas casas de farinha do bairro Simão; ou a busca das raízes que sustentam a atual concepção sobre o trabalho do homem moderno e sua repercussão na sociedade capitalista. Para alcançar esse objetivo, no plano teórico, foram buscados elementos no livro Marx que em sua obra o *Capital*, trata de várias categorias do trabalho infantil no período da primeira Revolução Industrial. Entendendo o trabalho infantil como





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

um dispositivo histórico, ele relata o porquê da opção do trabalho infantil naquele período e discorre como ocorria este processo.

As mudanças históricas a serem percebidas, são as novas formas de inserção do braço infantil nos trabalhos atuais, a escolarização fragmentada, mesmo motivada pelos programas sociais como PETI e Bolsa escola, e apesar do desenvolvimento científico e da crescente mobilização da sociedade, a exploração da criança ainda é um fato existente.

Além de MARX (1989), os trabalhos de THOMPSON (1987) NOGUEIRA (1990), DEL PRIORE (1999), CAMPOS (2001) e ENGUITA (1989) entre outros, serão de grande valia para se refletir, numa perspectiva mais ampla, sobre o trabalho infantil no Brasil.

Para verificar a concepção do trabalho infantil presente na memória desses trabalhadores, na modalidade história de vida, se constitui em um recurso metodológico, que possibilita de perceber como as pessoas compreendem seu passado e como elas correlacionam sua experiência pessoal e o contexto social presente. As diferentes interpretações indicam formas variadas de desenvolvimento da subjetividade, relacionadas às suas condições de vida e trabalho. Desse modo é preciso entender as mudanças relacionadas a novas formas de inserção do braço infantil nos trabalhos atuais como fruto de experiências herdadas pelas gerações.

Ao mesmo tempo a utilização de entrevistas semi-estruturada, mais do que a gravação dos depoimentos, demonstra experiências situações ricas em interpretação, que podem ser apreendidas pelo pesquisador, redimensionando as falas dos sujeitos envolvidos relacionadas as suas condições de vida e também à visão dos trabalhadores adultos em relação ao trabalho infantil.

Toda a proibição e evidência das conseqüências nefastas do trabalho precoce não têm sido suficientes para fazer estancar o crescimento dos índices das novas vítimas flagradas no trabalho doméstico, na agricultura, nas atividades terceirizadas e domiciliares.

### Referências

ARAÚJO, Ulisses F. (2002). **A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências**. São Paulo, Moderna

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

- CAMPOS, H. R. (2001). **Pobreza e trabalho infantil sob o capitalismo**. Tese de Doutorado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- COLBARI, A. L. (1995). **Ética do trabalho**. São Paulo: Letras & Letras.
- CUSTÓDIO, André Viana. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação**. Tese (Doutorado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Contexto. 1999.
- DERRIEN, J. M. (1993). **A fiscalização do trabalho e o trabalho infantil**. 2ª ed., Brasília, DF. Ed. OIT.
- FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 1997.
- HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.
- KASSOUF, A. L. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova Economia, BeloHorizonte, 17 (2), p. 323 - 350, maio – agosto, 2007.
- MINAYO-Gomez, C.; Meirelles, Z. V. (1997). **Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva**. *Cad. Saúde Pública* 13 (2), 135-140. [online] citado 28 Maio 2003]. Acessado fevereiro de 2005
- NOGUEIRA, M.A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.
- OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório Global no quadro do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Conferência Internacional Trabalho, 95ª Sessão, 2006**.
- OLIVEIRA, Oris de. **A mão-de-obra infanto-juvenil**. In: O trabalho da criança e do adolescente. São Paulo: LTr; Brasília, DF: OIT, 1994.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.
- MARTINS, J. S. *O massacre dos inocentes*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Regimar e seus amigos. A criança na luta pela terra e pela vida**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K.; ENGELS F. Trabalho Alienado. In: Fernandes, F. (Org.). **Karl Marx e F. Engels : história**, São Paulo: Ática, 1978.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MINHARRO, Erotilde Ribeiro dos Santos. **A Criança e o Adolescente no Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.
- MOURA, E. B. B. Crianças operárias na recém industrializada S. Paulo. In: Priore, M. Del(org). **História das Crianças no Brasil**. S.Paulo. editora Contexto.1991.
- RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco; (Orgs.). Infância e processo político no Brasil. In: **A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora, 1997.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, 2006.
- THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, "A árvore da liberdade", vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- UNICEF. **A Infância Brasileira nos Anos 90/ Fundo das Nações Unidas para a Infância**. Brasília, DF. 1998.

